CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ nº 11.178.024/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 17 de abril de 2014

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.820	40.828
Títulos e valores mobiliários	4	3.880	10.452
Contas a receber de clientes	5	33.001	43.473
Estoques		968	624
Impostos a recuperar	7	3.434	986
Partes relacionadas	6	3.761	8.877
Outros créditos		1.643	1.337
Total do ativo circulante		80.507	106.577
Não Circulante			
Partes relacionadas	6	16	16
Depósitos judiciais		15	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos		162	–
Investimentos	8	430	495
Imobilizado	9	15.278	16.658
Intangível		8	9
Total do ativo não circulante		15.909	17.179
Total do Ativo		96.416	123.756

Passivo	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante			
Fornecedores		6.035	13.619
Empréstimos e financiamentos	10	4.112	6.369
Partes relacionadas	6	1.416	6.088
Impostos a recolher		4.730	5.689
Imposto de renda e contribuição social a recolher		743	–
Salários, férias e encargos a pagar		12.571	13.051
Adiantamentos de clientes		13.838	30.262
Dividendos propostos		1.004	–
Total do passivo circulante		44.449	75.078
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	13.423	17.493
Partes relacionadas	6	–	358
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	31.200
Total do passivo não circulante		13.423	49.051
Patrimônio Líquido e Recursos Capitalizáveis			
Capital social	11	23.314	23.314
Reservas de lucros		3.222	–
Ajustes de avaliação patrimonial		256	282
Prejuízo acumulado		–	(23.969)
Total do patrimônio líquido		26.792	(373)
Adiantamento para futuro aumento de capital		11.752	–
Total do patrimônio líquido e dos recursos capitalizáveis		38.544	(373)
Total do Passivo, Patrimônio Líquido e Recursos Capitalizáveis		96.416	123.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva de Retenção de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reservas de Lucros – Total	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	23.471	–	–	349	(21.678)	2.142	18.800	20.942
Resultado abrangente total do exercício	–	–	–	(67)	215	148	–	148
Resultado de exercício anterior	–	–	–	–	(2.506)	(2.506)	–	(2.506)
Redução de capital	(23.452)	–	–	–	–	(23.452)	–	(23.452)
Incorporação Camargo Corrêa Óleo e Gás S.A.	23.295	–	–	–	–	23.295	–	23.295
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	(18.800)	(18.800)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (Reclassificado)	23.314	–	–	282	(23.969)	(373)	–	(373)
Resultado abrangente total do exercício	–	–	–	(26)	28.195	28.169	–	28.169
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	11.752	11.752
Destinações:								
Reserva legal	–	211	–	–	(211)	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(1.004)	(1.004)	–	(1.004)
Constituição de reserva para renovação de equipamentos	–	–	211	–	(211)	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	2.800	–	(2.800)	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	23.314	211	3.011	256	–	26.792	11.752	38.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ações)

	Nota Explicativa	2013	2012
Receita de Serviços	12	210.921	89.118
Custos dos Serviços Prestados	13	(153.546)	(68.170)
Lucro Bruto		57.375	20.948
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	13	(13.945)	(21.581)
Outras receitas operacionais		16	1.688
Outras despesas operacionais		(6.828)	(45)
Resultado da equivalência patrimonial		189	121
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		36.807	1.131
Receitas financeiras	14	1.828	873
Despesas financeiras	14	(1.913)	(832)
Variação cambial, líquida	14	(4)	(100)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		36.718	1.072
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		(8.685)	(857)
Diferido		162	–
Lucro do Exercício		28.195	215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro do exercício	28.195	215
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	(26)	(67)
Resultado Abrangente Total do Exercício	28.169	148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.718	215
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas (consumidos nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.130	2.080
Resultado de equivalência patrimonial	(189)	(121)
Juros provisionados	1.704	1.027
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(1.345)	776
Baixa de ativo permanente	933	–
Provisão para perdas	–	26.875
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	10.472	(128)
Estoques	(344)	179
Impostos a recuperar	(2.992)	(259)
Outros ativos	(306)	2.523
Partes relacionadas	5.116	406
Depósitos judiciais	(14)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(7.585)	3.913
Salários e férias a pagar	(481)	(2.360)
Impostos e obrigações a pagar	(1.038)	1.121
Partes relacionadas	(5.030)	(1.625)
Adiantamento de clientes	(16.423)	(4.339)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(31.200)	31.200
Outros passivos	–	(480)
Caixa gerado pelas operações, antes de impostos e juros pagos	(10.874)	61.002
Juros de financiamentos e empréstimos pagos	(1.420)	(640)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.319)	–
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(19.613)	60.362
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Caixa proveniente de incorporação de subsidiária	–	43.054
Redução de capital	–	(23.452)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.752	(22.500)
Aplicações financeiras	7.917	(8.670)
Aquisições de investimentos	(7)	–
Aquisição de ativo imobilizado	(449)	(926)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	19.213	(12.494)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.608)	(8.357)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(6.608)	(8.357)
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.008)	39.511
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	40.828	1.317
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	33.820	40.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Camargo Corrêa Construções Industriais S.A. ("Companhia") foi constituída em 03 de Setembro de 2009, tendo por objetivos principais a exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção pesada, construção civil e de engenharia de mineração em geral.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1 Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas adotadas foram as seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.
Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa
São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente.

3.3 Estoques
São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento, e avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.4 Investimentos em controladas e coligadas
Os investimentos em controladas e em coligadas nos quais a Companhia possua influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.
A Companhia reconhece no prejuízo de uma controlada o limite do valor investido. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia possuir responsabilidades legais sobre as obrigações da coligada.

3.5 Imobilizado
Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: imóveis - 4%; veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%; móveis e utensílios - 10%; e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme os prazos contratuais. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

3.6 Intangível
Demonstrado ao custo de aquisição, representado basicamente por gastos com implementação e com melhorias de sistemas informatizados. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

3.7 Variações cambiais
Os ativos e passivos indexados estão atualizados de acordo com os respectivos indexadores até as datas de encerramento de cada exercício, em contrapartida de "Variações cambiais" no resultado, exceto para as variações cambiais de investimentos no exterior, que são reconhecidas no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes).

3.8 Arrendamento mercantil
Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos, benefícios e controle dos bens para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento.
Todos os outros contratos de arrendamentos são classificados como operacionais. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

3.9 Empréstimos e financiamentos
Registrados pelo valor nominal, acrescidos de juros e variação cambial, se aplicável, incorridos até as datas de encerramento do exercício. De acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos estão classificados como empréstimos e contabilizados pelo método do custo amortizado e CPC 8 - Custos na transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos na transação incorridos na captação de recursos, devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do passivo.

3.10 Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.
A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:
(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação.
(ii) Investimentos mantidos até o vencimento.
(iii) Empréstimos e recebíveis.
(iv) Ativos financeiros "disponíveis para venda".

Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.
A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no final de cada exercício social. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

3.12 Imposto de renda e contribuição social
3.12.1 Impostos correntes
A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.12.2 Impostos diferidos
São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

3.13 Uso de estimativas e julgamento
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.14 Consórcios
De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio.

3.15 IFRSs - Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas pelo CPC
A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.
O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e bancos	1.135	3.183	–	–
Certificados de depósitos bancários - CDBs	2.289	15.503	–	–
Debêntures	–	–	380	862
Fundo de renda fixa	14.088	10.832	–	–
Fundos exclusivos	16.308	11.310	3.500	9.590
Total	33.820	40.828	3.880	10.452

Em 31 de dezembro de 2013 os Fundos de Investimento por Cotas - FICs (fundos exclusivos) apresentam rentabilidade entre 101% e 112% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Composição das contas a receber:

	2013	2012
A faturar	33.000	43.473
A vencer	1	–
Total	33.001	43.473

6. PARTES RELACIONADAS

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Serviço de construção	–	1.278	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	16	16	–	–
Reembolso de custos	3.761	7.599	–	–	–	–
Contas a pagar	–	–	–	–	1.416	6.088
	3.761	8.877	16	16	1.416	6.088

	Receita		Despesa	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de construção	52.457	27.295	–	–
Serviços administrativos	–	–	(475)	(538)
	52.457	27.295	(475)	(538)

8. INVESTIMENTO

	Participação total no capital (%)		Dados das investidas – Patrimônio líquido ajustado e passivo a descoberto		Lucro (prejuízo) líquido ajustado		Ajustes de avaliação patrimonial		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimentos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Camargo Corrêa Moçambique, Lda.	1,00	1,00	42.929	37.200	11.443	6.000	(64)	(10)	114	60	429	372
Camargo Corrêa Malawi	1,00	100,00	121	123	7.478	61	37	(57)	75	61	1	123
							(27)	(67)	189	121	430	495

Saldo em 31 de dezembro de 2012	495
Aumento de investimento/Aporte de capital em sucursais	7
Baixa de investimentos	(234)
Ajuste de avaliação patrimonial	(27)
Resultado da equivalência patrimonial	189
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	430

9. IMOBILIZADO

	2013			2012
	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual	Custo residual
Máquinas e equipamentos	20.835	(15.433)	5.402	6.270
Veículos	8.259	1.384	9.643	10.205
Equipamentos de informática e outros	74	(16)	58	34
Imobilizado em andamento	175	–	175	149
Total	29.343	(14.065)	15.278	16.658

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo final em 31 de dezembro de 2012	16.658
Adições	449
Baixas	(700)
Depreciação	(1.128)
Transferência para o intangível	(1)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	15.278

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	2013	2012
Moeda nacional:				
FINAME	2013	TJLP+(6,8% a. a. 8,8% a. a.) + (2,8% a. a.) TX_ JUR_CESTA a 100%	–	585
FINAME PSI	2021	(7% a 10,55% a.a.)	15.775	18.364
Arrendamento mercantil	2015	(106% a 134% CDI a.a.)	1.760	4.913
Total			17.535	23.862
Parcela classificada no circulante			4.112	6.369
Parcela classificada no não circulante			13.423	17.493

Garantias
Em garantia dos financiamentos na modalidade FINAME, foram concedidas alienações fiduciárias dos equipamentos no valor de R$15.775 em 31 de dezembro de 2013 (R$18.364 em 31 de dezembro de 2012). Para a modalidade de arrendamento mercantil a garantia do financiamento são notas promissórias equivalentes a 125% dos montantes dos contratos no valor de R$1.760 em 31 de dezembro de 2013 (R$4.913 em 31 de dezembro de 2012).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R$23.314, representado por 7.169.951 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

12. RECEITAS
A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	2013	2012
Receita bruta		
Prestação de serviços - nacionais	228.030	97.864
Abatimentos sobre receitas		
PIS sobre vendas	(1.717)	(871)
COFINS sobre vendas	(7.921)	(4.017)
ISS sobre vendas	(7.472)	(3.863)
Outros	–	5
	(17.110)	(8.746)
Total	210.920	89.118

13. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2013	2012
Despesas com materiais	(14.147)	(2.982)
Despesas com salários e encargos sociais	(90.723)	(43.393)
Serviços de terceiros	(41.574)	(32.436)
Despesas com locomoção, viagens e refeições	(6.734)	(2.395)
Despesas com locação e aluguel	(10.037)	(4.340)
Depreciação e amortização	(639)	(1.898)
Outras despesas	(3.637)	(2.307)
Total	(167.491)	(89.751)
Custo dos serviços prestados	(153.546)	(68.170)
Despesas gerais e administrativas	(13.945)	(21.581)
Total	(167.491)	(89.751)

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(1.429)	(644)
Outras despesas financeiras	(484)	(188)
Total de despesas financeiras	(1.913)	(832)
Receitas financeiras:		
Rendimento financeiro	1.731	777
Variações monetárias	97	96
Total	1.828	873
Variação cambial líquida	(4)	(100)

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial.
Categorias de instrumentos financeiros:

	2013	2012
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	33.820	40.828
Títulos e valores mobiliários	3.880	10.452
Partes relacionadas	3.777	8.893
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	17.535	23.862
Fornecedores e contas a pagar	6.035	13.619
Partes relacionadas	1.416	6.446

Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia está exposta a taxas de juros fixos e flutuantes, principalmente variações do CDI nos empréstimos. As taxas de juros flutuantes nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Estas posições estão demonstradas a seguir:

	2013	2012
Ativo:		
CDI	18.978	8.720
SELIC	5.458	21.233
Total do ativo	24.436	29.953
Passivo:		
CDI	1.760	2.839
TJLP	–	1.085
Total do passivo	1.760	3.924

Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos expostos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição a índices variáveis			
Títulos e valores mobiliários CDI/SELIC	2.746	2.060	1.373
Empréstimos CDI	198	148	99

O cenário 1 é considerado pela Administração como que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações acima tendo em conta até 12 meses de vencimento. Devido à posição da Companhia, o cenário 2 considera uma desvalorização dos índices em relação ao Cenário 1 de 25% e o cenário 3 uma desvalorização de 50%.

16. MEDIDA PROVISÓRIA (MP) Nº 627
Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Sociedade analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, visto que à luz da atual redação da MP 627/13, em análise inicial estes não são relevantes.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Na reunião da Administração realizada em 25 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9